**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE PESSOAS NO PODER
JUDICIÁRIO**

ANA LUCIA IDREIRA PINTO

**OS ASPECTOS ÉTICOS E MORAIS DA RELAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES
PÚBLICOS, NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E A SOCIEDADE**

**RIO DE JANEIRO
2017**

ANA LUCIA IDREIRA PINTO

**OS ASPECTOS ÉTICOS E MORAIS DA RELAÇÃO ENTRE OS SERVIDORES
PÚBLICOS, NO DESEMPENHO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, E A SOCIEDADE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão de Pessoas no Poder Judiciário.

Orientador: Professor Dr. Leonardo Barbosa

RIO DE JANEIRO

2017

Dedico este trabalho a meus pais, Manuel e Mariana, que se conheceram, se amaram e me deram a vida duas vezes: quando nasci e quando conheci a escola e, desde então, nunca mais me afastei. Por isso, desde sempre e para sempre abençoados sejam em seu percurso pelo universo – o meu pai, espiritualizado, a minha mãe, uma guerreira, e um lar de amor e aprendizado.

A todos os mestres que ocupam as salas de aula para nos passar o saber dos homens, pois o saber da vida começa no berço e depende dos laços com a nossa família, assim como as árvores podem até parecer cortadas por algum tempo, mas as raízes estarão sempre interligadas.

Ao meu amado marido Ricardo, que está sempre comigo, apresentando alternativas e me apoiando.

Aos colegas de trabalho, que em todos os momentos sempre colaboraram, e em especial a Dra. Ligia sempre tão incentivadora.

E, por fim, não poderia deixar de citar o amigo de todas as horas, o meu lindo e carinhoso anjo trovão que, embora o nome seja explosivo, a alma é serena.

"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto."

Ruy Barbosa

RESUMO

O presente trabalho apresenta noções sobre o conceito de ética, no transcorrer da história, segundo o pensamento de alguns filósofos. Trata do tema no serviço público e faz referência à Constituição Federal, que elevou a elevou a princípio, resultando na busca de ordenamento jurídico mais justo. Contudo, nem sempre o interesse público prevalece sobre o privado, daí o clamor para normatização da ética através de normas de conduta, principalmente no cenário profissional da Administração Pública, devido aos problemas advindos da falta de normas ou do comportamento inadequado frente às normas existentes. Destaca alguns códigos de ética existentes e sugere a criação de um código de ética específico para os serventuários estaduais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em virtude de não existir um código com relação ao tema aplicável aos servidores. Em sequência, enfatiza a possibilidade do código de ética da magistratura ser aplicado de forma subsidiária aos servidores estaduais, no que couber. Ato contínuo, faz referência ao quanto é fundamental a existência do serviço público para a sociedade, com ênfase na ética no que concerne a prestação jurisdicional ao cidadão, de modo a articular práticas de tal serviço com algumas correntes filosóficas. Aponta para reforma do judiciário e as alterações trazidas por tal reforma, dando destaque à criação do Conselho Nacional de Justiça e o consequente estabelecimento de metas anuais para o Poder Judiciário. O trabalho apresentará metas específicas relacionadas aos aspectos éticos e a forma como Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro vem buscando alcançar tais objetivos, bem como quais foram os resultados obtidos.

Palavras-Chave: Ética. Serviço Público. CNJ. Plano Estratégico.

ABSTRACT

The present work presents notions about the concept of ethics, in the course of history, according to the thinking of some philosophers. It addresses the issue in the public service and refers to the Federal Constitution, which raised it at first, resulting in the search for a fairer legal system. However, the public interest does not always prevail over the private, hence the clamor for normalization of ethics through norms of conduct, especially in the professional setting of the Public Administration, due to the problems arising from the lack of norms or the inadequate behavior against the existing norms. It highlights some existing codes of ethics and suggests the creation of a specific code of ethics for the state servants of the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro, due to the inexistence of a code regarding the subject applicable to the servers. In sequence, it emphasizes the possibility that the code of ethics of the magistracy be applied in a subsidiary way to the state servants, as far as it will fit. It then discusses how fundamental the existence of the public service for society is, with an emphasis on ethics regarding the judicial provision of the citizen, in order to articulate practices of such service with some philosophical currents. It points to reform of the judiciary and the changes brought about by such reform, highlighting the creation of the National Justice Council and the consequent establishment of annual goals for the Judiciary. The work will present specific goals related to the ethical aspects and the way in which the Court of Justice of the State of Rio de Janeiro has been seeking to achieve these objectives, as well as the results obtained.

Keywords: Ethics. Public service. CNJ. Strategic plan.

LISTA DE ABREVIATURAS

CF – Constituição Federal

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CODJERJ – Código de Organização e Divisão Judiciária do Rio de Janeiro

EMERJ – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro

PJ – Poder Judiciário

PJERJ – Poder Judiciário de Estado do Rio de Janeiro

STF – Supremo Tribunal Federal

TJRJ – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 A ÉTICA E O SERVIÇO PÚBLICO	11
2.1 O CONCEITO DE ÉTICA	11
2.2 A ÉTICA E O SERVIDOR PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO, EM ESPECIAL DO TJRJ	14
2.3 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PARA A SOCIEDADE CONSIDERANDO OS ASPECTOS JURÍDICOS QUE A ENVOLVEM E O SERVIDOR PÚBLICO DO TJRJ	18
3. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM FOCO NO TJRJ	21
3.1 ASPECTOS ÉTICOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ (2015 a 2020)	21
4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ 2015 a 2020	24
4.1 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS DO TJRJ PARA ALCANÇAR O DETERMINADO NO PLANO ESTRATÉGICO DO CNJ 2015 a 2020.....	24
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	32

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir tem início com a conceituação da ética, apresentada através de pensamentos filosóficos em eras distintas, dando ênfase à sua importância face à Constituição Federal, que elevou a ética a princípio, possibilitando, dessa forma, sua defesa pelas instituições e cidadãos. Com a inclusão das normas morais no ordenamento jurídico, a ética tornou-se imprescindível à validação e eficácia de todos os atos estatais, bem como os atos praticados por seus serventuários na entrega da prestação jurisdicional.

O trabalho segue fazendo menção à ocorrência dos debates e sugestões com relação à necessidade de uma normatização para o tema da ética no que concerne a criação de códigos de conduta devido ao fato de que nem sempre o interesse público prevalece sobre o privado, exemplificando com o Código de Ética da Magistratura Nacional, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Coloca em destaque a necessidade de um código de ética específico para os serventuários do TJRJ e a sugestão de, na ausência de uma legislação específica para esses serventuários, a aplicação subsidiária do Código de Ética da Magistratura aos servidores do TJRJ, no que couber, com a finalidade de promover a aplicação da ética com mais ênfase por toda a instituição. O trabalho salienta a importância do serviço público para toda sociedade, sob o foco de algumas correntes filosóficas, fazendo breves comentários como, por exemplo, que não basta disponibilizar o serviço público, pois há necessidade de criação de efetivo acesso a tais serviços.

Destaca ainda o surgimento do CNJ, criado através da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, com a função de exercer o controle externo do Judiciário, que inclui dois tipos de atribuições: planejamento estratégico e gestão administrativa; e controle disciplinar e correccional. Esse poder de correção e controle disciplinar é o poder de investigar, corrigir e punir irregularidades e desvios de conduta praticados por membros do Judiciário, exercido por meio da Corregedoria Nacional de Justiça, em concorrência com os poderes das Corregedorias de cada Tribunal.

O CNJ estabelece metas, diretrizes e políticas públicas para todo o Judiciário brasileiro e o TJRJ está comprometido com tais orientações definidas pelo Conselho com a finalidade do bem comum, de modo a tornar a prestação

jurisdicional mais célere, mais eficiente e mais eficaz. Conclui-se com a apresentação dos resultados de algumas das metas de 2015, 2016 e 2017 vinculados à ética, à moralidade e à cidadania.

2 A ÉTICA E O SERVIÇO PÚBLICO

2.1 O CONCEITO DE ÉTICA

O conceito de ética é relativo, pois a ética sempre esteve presente na vida em sociedade. Por isso, as doutrinas éticas devem ser analisadas dentro de um processo em variação constante com referência ao progresso histórico da humanidade. A palavra ética origina-se do grego *ethos/êthos*, que significa modo de ser ou caráter. (KOURY, 2000).

Ressalta-se que a ética é a reflexão crítica sobre a moral, sendo a ética o seu objetivo de estudo. A moral é composta por atos humanos conscientes e voluntários de pessoas que afetam outras pessoas, agrupamentos sociais ou a sociedade de modo geral. (Ibidem).

A doutrina socrática é consagrada por tecer considerações breves a respeito de algumas ideias éticas construídas em períodos diferentes do pensamento filosófico, que compreendem o período em que a ética assume a dimensão da sabedoria – de modo a erradicar a ignorância –, com incentivo a ensinamentos no campo social, religioso e ético; já Aristóteles concentra seus fundamentos numa ética teleológica, a qual tem por fundamento a felicidade; quanto ao período em que o cristianismo é introduzido no ocidente, em destaque temos Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, sendo esta a era da ética que trata sobre a harmonia entre o humano e o divino e Immanuel Kant caracteriza a era da ética formalista e legalista. (BITTAR, 2007).

Em suma, a análise do desenvolvimento histórico da ética ocorreu em momentos distintos. O início da ética grega é contemporâneo ao período da democracia escravista. Na era da ética cristã medieval temos a ética teocêntrica, que se desenvolveu na ocasião em que a escravidão deu lugar à servidão; além disso, a religião produzia alto impacto sobre a população, tendo em vista que durante este período a igreja exercia um poder sobre a vida e a moral do povo.

Nos tempos modernos surge a era da ética antropocêntrica, que tem o ser humano como seu centro e fundamento, e se estendeu entre o século XVI e o início do século XIX, momento do fortalecimento da burguesia e o surgimento dos estados centralizados, com a separação entre o estado e a igreja, sendo o filósofo Immanuel Kant um dos principais idealizadores.

Após a revolução francesa surgiu a ética contemporânea, devido às mudanças em consequência do maior desenvolvimento da ciência em toda a humanidade. Desta forma, emerge um novo pensamento ético com base no reconhecimento do irracional, na psicanálise, e na fundamentação da ética, tendo como origem o próprio ser humano. (KOURY, 2000).

O termo moral origina-se do latim *mos* ou *mores*. Moral é um conjunto de costumes e valores de uma determinada coletividade, num momento específico, tendo caráter variável, passando por alterações conforme a modificação e a transformação ocorridas nas sociedades. (KOURY, 2000).

Ademais, com relação à ética, é importante destacar que pela tradição filosófica ocidental existem duas principais escolas éticas: a clássica e a moderna ou Kantiana. (MARTINS FILHO, 2012).

É importante observar que em oposição à escola clássica temos a ética moderna, a qual se baseia nas obras de Kant e caracteriza-se por ser legalista e formalista. Kant, antagonicamente a Aristóteles, não fundamenta “a ética na experiência e observação do modo de agir próprio da natureza humana.” (MARTINS FILHO, 2012, p. 279).

Conforme Kant:

os instintos humanos estariam corrompidos e tenderiam ao egoísmo, pelo que conclui que o fundamento da moral seria a razão pessoal e toda a ética se resumiria num princípio formal (ou seja, sem conteúdo específico) e geral, a que chamou de imperativo categórico: Age em cada momento de tal modo que o teu agir possa ser erigido em lei universal. (MARTINS FILHO, 2012, p. 279).

Cabe ressaltar a diferença entre a ética moderna, que tem por base as obras de Immanuel Kant, e a ética clássica, em que se destaca Aristóteles. Enquanto a filosofia da ética moderna tem seu apogeu em Kant, que se caracteriza como uma ética legalista, do dever e formalista, tendo em vista que possui a forma e não o conteúdo, na qual o homem é um ser que se autorregula, determinando sua própria lei.

Por essa razão a ética de Kant é entendida como formalista, apresentando uma forma de agir correta. No entanto, não determina o que fazer ou deixar de fazer em situações concretas, assim como tampouco estabelece um bem ou fim a ser alcançado. O ponto forte é a intenção, a coerência entre a ação e a lei, e não o fim.

Sendo a consciência moral a própria razão, na ética clássica temos a ética aristotélica, que trata do estudo da virtude, em que o ser humano tem por objetivo atingir a felicidade, na qual a racionalidade apresenta-se como a maior virtude do ser humano. Logo, como o homem não vive só, suas ações virtuosas geram impacto nas relações estabelecidas na vida em sociedade. (MARTINS FILHO, 2012).

Valendo-nos uma vez mais do pensamento de Aristóteles, nomeadamente em sua obra “Ética a Nicômaco,” na qual apresenta a ética das virtudes e orienta o filho sobre como agir na vida para atingir a felicidade, é possível compreender a ética em busca da felicidade. O autor demonstra que todos identificam a felicidade como viver bem, mas quanto à definição do que é felicidade, não existe consenso, pois para uns a felicidade é a honra, para outros é a sabedoria, e para outros tantos a felicidade está na riqueza. “A felicidade, portanto, mostra-se como alguma coisa concluída e autossuficiente, a finalidade de todas as ações.” (ARISTÓTELES, 2014, p. 58).

Em sua obra, classifica ainda os bens que podem ser considerados imprescindíveis para a obtenção da felicidade em bens externos e bens internos. Dos bens internos, os de maior realce são a sabedoria e a virtude.

Conclusão: a felicidade é ao mesmo tempo a melhor, a mais nobre e a mais prazerosa das coisas, qualidades que não separadas, como ocorre na inscrição em Delos, ou seja... O mais justo é o mais nobre, enquanto a saúde é o melhor, Porém, o desejo daquilo que se ama é o mais prazeroso (...) uma vez que as melhores atividades são detentoras de todas e são as melhores atividades, ou uma atividade que é a melhor de todas, que para nós é a felicidade. (ARISTÓTELES, 2014, p.63 - 64).

No entanto, também destaca a necessidade de bens externos, que são os recursos para a prática das ações nobres, de maneira que a felicidade exige o aditamento de bens materiais, que alguns qualificam como boa sorte. Concebe “a felicidade como uma concessão divina,” (ARISTÓTELES, 2014, p. 64) e considera que a felicidade é o prêmio da virtude, definindo a virtude como as disposições da alma.

Ante o exposto, fica evidente que a ética clássica é a que reconhece que o objetivo de todo ser humano é a felicidade e que as virtudes são hábitos bons adquiridos, não sendo a moral vista apenas como um conjunto de obrigações e deveres que nos força a evoluir para atingirmos a felicidade. A ética, conforme a

filosófica clássica, busca encontrar o melhor modo de viver, tanto na vida privada quanto na pública. (ARISTÓTELES, 2014).

Assim, a ética pode ser entendida como o estudo da conduta humana, e a moral, a qualidade dessa conduta, segundo o entendimento do bem e do mal.

2.2 A ÉTICA E O SERVIDOR PÚBLICO DO PODER JUDICIÁRIO, EM ESPECIAL DO TJRJ

No século XX houve uma projeção da preocupação com a moralidade e a ética no Serviço Público. Segundo Cármen Lucia Antunes Rocha, Ministra do Supremo Tribunal Federal, para que a liberdade e a justiça fossem asseguradas para toda a sociedade como princípios fundamentais da democracia, é imprescindível a inclusão das normas morais no ordenamento jurídico. (ROCHA apud KOURY, 2000, p. 186).

A Constituição Federal de 1988 (CF) sobressai por proporcionar o fortalecimento da cidadania e elevar a ética no Serviço Público, possibilitando a sua defesa pelas instituições e pelos cidadãos, merecendo destaque o artigo 5º, inciso LXXIII, o artigo 37, *caput*, e o artigo 85, inciso V, abaixo transcritos. (KOURY, 2000).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

[...]

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]

[...]

Art. 85 - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

[...]

V- a probidade na administração;

A Constituição Federal de 1988 elevou a moralidade a princípio constitucional da Administração Pública, o que implica que todo ato estatal incorporou a ética como elemento necessário à sua validação e eficácia, como

destaca Hely Lopes Meirelles: “A moralidade administrativa constitui, pressuposto de validade de todo ato da administração pública.” (MEIRELLES, apud KOURY, 2000, p. 186).

A moral administrativa é imposta aos servidores para sua conduta interna segundo as exigências da instituição a que está vinculado, com o fim do bem comum. Pelo fato de que todo o sistema de normas constitucionais ou infraconstitucionais está submetido aos princípios que regem a Administração Pública, Celso Antônio Bandeira de Melo afirma que

violá-los implicará violação ao próprio direito, configurando ilicitude que sujeita a conduta viciada a invalidação, porquanto tal princípio assumiu foros de pauta jurídica, na conformidade do artigo 37 da Constituição. (MELO, apud KOURY, 2000, p. 186).

Segundo Hely Lopes Meirelles, a moralidade administrativa é pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública, conforme dispõe o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal. O autor explica ainda que o conceito da moralidade administrativa foi sistematizado por Hauriou, o qual afirma que não se trata da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração” (HAURIOU, apud MEIRELLES, 1996, p. 83), em que o agente administrativo deve distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto, e não poderá desconsiderar a ética em sua conduta.

O agente administrativo deve necessariamente distinguir não apenas entre o legal e o ilegal, mas também entre o honesto e o desonesto, sempre observando a ética em seu proceder, pois a legalidade é fiscalizada pela verificação da violação da lei, que diz respeito à norma jurídica, ao passo que a verificação do desvio de poder se refere à fiscalização da moralidade administrativa no que concerne à conduta de seus serventuários, ao distinguir entre o honesto e o desonesto. (KOURY, 2000).

Com a sistematização de Hauriou, a moralidade administrativa passa a integrar a esfera jurídica, e Rocha a conceitua como:

o princípio segundo o qual o Estado define o desempenho da função administrativa segundo uma ordem ética acordada com os valores sociais preponderantes e voltada à realização de seus fins. (ROCHA apud KOURY, 2000, p. 187).

Conforme afirma Rocha (2017, s/p), o princípio da moralidade administrativa tem primazia sobre os demais princípios constitucionais devido ao fato de toda atuação administrativa ter início e fim nesse princípio. Com isso, os demais princípios constitucionais têm a moralidade como parte integrante do seu conteúdo. No Estado Democrático de Direito a exigência é a legalidade moral, que é a legalidade legítima da conduta administrativa.

A moralidade administrativa diz respeito à supremacia do interesse público sobre o privado, portanto, só as condutas administrativas legítimas fazem parte do Estado Democrático de Direito. (KOURY, 2000).

Assim, como a moralidade difere da legalidade, significa que uma lei que contrarie os princípios da moralidade não integra o Direito, sendo necessário acrescer a ideia de legitimidade para afirmar que a Administração Pública deve ser ética para que seja juridicamente válida. (KOURY, 2000).

Hely Lopes Meirelles destaca, *in verbis*:

Por considerações de direito e de moral, o ato administrativo não terá que obedecer somente à lei jurídica, mas também à lei ética da própria instituição, porque nem tudo que é legal é honesto, conforme já proclamavam os romanos: "*non omne quod licet honestum est*". A moral comum, remata Hauriou, é imposta ao homem para sua conduta externa; a moral administrativa é imposta ao agente público para sua conduta interna, segundo as exigências da instituição a que serve e a finalidade de sua ação: o bem comum. (MEIRELLES, 1996, p. 83).

A observância ao princípio da moralidade pode e deve ser imposta. Segundo Hely Lopes, no pensamento de Hauriou, a moralidade administrativa é de extrema importância porque serve de pressuposto de validade de todo o ato da Administração Pública. Enquanto a moral comum versa sobre uma conduta externa, a moral administrativa deveria ser chamada de moral jurídica, referente à conduta interna do agente público. (MEIRELLES, 1996, p. 83).

O princípio da moralidade está associado à ideia de probidade, de tal modo que um ato praticado de forma contrária a tal princípio constitui ato de improbidade, sujeitando-se os serventários às sanções previstas no parágrafo 4º do artigo 37 da Constituição Federal e das legislações pertinentes a cada instituição. (KOURY, 2000).

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos

princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 4º Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Existe uma série de instrumentos em nosso ordenamento jurídico para controle do princípio da moralidade e da ética administrativa, como a apuração de atos ilegais ou abusivos praticados pelos servidores públicos com base nas normas estatutárias ou, se existir, com base também no código de ética específico. Tal controle tem por fim apurar e punir atos ilegais ou abusivos praticados pelos servidores públicos no desempenho de suas atribuições. (KOURY, 2000).

A Constituição Federal contribuiu no fortalecimento da cidadania e elevou a ética no serviço público a princípio, tornando mais eficaz o controle e a defesa pelas instituições e pelos cidadãos. Em princípio não haveria necessidade de uma normatização no que concerne a criação de códigos de ética, contudo, houve muitos debates acerca da necessidade de leis a fim de garantir a observância da ética. Tais debates com relação ao tema ocorreram no Brasil e em outros países, pelo fato de que nem sempre o interesse público prevalece sobre o privado. (KOURY, 2000).

A título de exemplo de normatização com relação à legislação pertinente à ética, podemos citar, no âmbito nacional, a criação pelo CNJ do Código de Ética da Magistratura Nacional. (CAVALCANTI, 2012).

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (CODJERJ) faz menção à ética funcional dos magistrados no capítulo IV a partir do artigo 206.

Art. 206 – Os magistrados devem manter irrepreensível procedimento na vida pública e particular, pugnando pelo prestígio da justiça, zelando pela dignidade das suas funções e respeitando as do Ministério Público e dos advogados. (BRASIL, Resolução nº 60/2008).

Evidenciada a ausência de um Código de Ética para os Servidores Públicos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e constatada a existência de um Código de Ética da Magistratura Nacional, bem como referência a ética funcional dos magistrados no CODJERJ (capítulo IV, a partir do artigo 206), seria oportuno que tais dispositivos da referida lei, bem como do Código de Ética da Magistratura Nacional pudessem ser aplicados para suprir tal lacuna, de forma subsidiária, no que

couber aos demais Serventuários do TJRJ, com a finalidade de ver garantida a aplicação da ética e da moralidade administrativa. (TJERJ, 2005).

É importante que todo servidor público, no desempenho de suas atribuições, tenha por base servir à sociedade considerando a ética e a transparência no serviço prestado, pois tais servidores são investidos nos cargos públicos, conforme previsto na CF de 1988, bem como nas Normas Estatutárias: Decreto Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, e respectivo regulamento, o Decreto nº 2.479 de 08 de março de 1979. Essas normas são aplicadas a todos os servidores públicos, conforme dispõe a Lei nº 1.698 de 1990, em seu artigo 1º. (RIO DE JANEIRO, Lei nº 1.698/1990).

Art. 1º O regime jurídico único dos servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Estado do Rio de Janeiro, incluídos aqueles vinculados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, passa a ser o estatutário, aplicando-se-lhes as normas contidas no Decreto-Lei nº 220, de 18/07/75, e respectivo regulamento, Decreto nº 2479, de 08/03/79, com as modificações posteriormente introduzidas e legislação complementar, observados, ainda, o constante em diplomas específicos de determinadas categorias funcionais e o disposto na presente Lei.

De acordo com o Decreto-Lei nº 220/75,

Art. 1º Decreto-lei institui o regime jurídico dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Para os efeitos deste Decreto-lei funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público estadual do Quadro I (Permanente). (RIO DE JANEIRO, Decreto-Lei nº 220/1975).

2.3 A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA PARA A SOCIEDADE CONSIDERANDO OS ASPECTOS JURÍDICOS QUE A ENVOLVEM E O SERVIDOR PÚBLICO DO TJRJ

O presente ponto tem o objetivo de dar continuidade ao estudo da ética no serviço público considerando algumas escolas filosóficas e a importância dessa função para a sociedade, ressaltando que este estudo será realizado sobre o atendimento prestado. (ARAÚJO, 2008).

A princípio, quanto à importância da ética para o Poder Judiciário e a sociedade, pode-se destacar o entendimento a seguir:

Numa concepção tripartite do Poder, o Judiciário é aquele que julga os demais Poderes do Estado, sendo colocado como última instância de correção das injustiças e dos desvios éticos da sociedade e dos governantes e legisladores. (MARTINS FILHO, 2012, p. 263).

Ao fazer a análise do serviço público sob o foco de algumas correntes filosóficas pode-se destacar o utilitarismo, que busca entender os fundamentos da ética e da moral com base nas consequências das ações, devido ao fato de que apenas serão consideradas moralmente corretas as ações que atingirem o bem comum, tem o foco no coletivo e a obtenção da felicidade geral.

Cabe salientar que o fato de disponibilizar o serviço público à sociedade não significa garantia de uma felicidade geral. Por isso, é notório frisar a necessidade da população ter efetivo acesso ao serviço público e que os indivíduos sejam valorizados como pessoas. Para tanto, há necessidade de investimentos em políticas públicas como, por exemplo, disponibilizar ações educativas para instruir e oferecer cultura ao povo.

O utilitarismo faz referência à ética material, a qual tem como foco primordial a materialidade pautada na felicidade humana. Nesta escola há destaque para a importância dos aspectos materiais da vida humana. O acesso existe, todavia, conforme entendimento dessa teoria é facilitado através de políticas públicas que valorizam os indivíduos e tem como consequência uma satisfação que conduz à felicidade geral. A importância dessa teoria para o presente estudo da ética diz respeito à garantia dos direitos fundamentais, de forma que os benefícios existentes numa sociedade sejam compartilhados por todos. (ARAÚJO, 2008).

Quanto ao princípio da diferença aplicado no serviço público, destacam-se os ensinamentos de John Rawls, pois para esse filósofo o conceito de justiça é de primordial relevância na sociedade e prega que “uma sociedade bem-ordenada é uma sociedade efetivamente regida por uma concepção pública de justiça”. (RAWLS, apud ARAÚJO, 2008, p. 37).

Mas para que isso ocorra é necessário que todos estejam numa situação de igualdade de condições. Segundo John Rawls: “A sociedade também tem de estabelecer, entre outras coisas, oportunidades iguais de educação para todos independentemente da renda familiar”. (RAWLS, apud ARAÚJO, 2008, p. 37).

Todos devem ter acesso aos bens primários e, segundo Rawls, são eles: as liberdades básicas, liberdade de movimento e de emprego, poderes e prerrogativas de cargos e posições, renda e riqueza, as bases sociais do auto-respeito e etc. Tais bens estão ligados a dois princípios de justiça que consistem em que cada pessoa deve ter um direito igual ou mais abrangente e as desigualdades devem ser ordenadas de forma que tragam maior benefício para os menos favorecidos e que,

apesar das desigualdades, os menos favorecidos não sejam prejudicados (ARAÚJO, 2008).

Cabe ressaltar que, apesar da Constituição Federal de 1988 haver ampliado a proteção aos direitos sociais com a criação de ferramentas como a Ação Popular, Mandado de Segurança Coletivo, Ação Civil Pública, *Habeas Corpus* e *Habeas Data*, tais conquistas ainda não foram absorvidas pela sociedade devido a diversos fatores, tais como o aumento no número de processos, que ocasionou acréscimo de trabalho sem que a instituição estivesse preparada para tal demanda. O Poder Judiciário tornou-se uma ferramenta para a sociedade fazer valer seus direitos, quando o cidadão se vê obrigado a recorrer ao Poder Judiciário para lutar por eles e, com isso, ocorre transformação das ações sociais em litígios jurídicos. (CARNEVALE, 2015).

3. O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA COM FOCO NO TJRJ

3.1 ASPECTOS ÉTICOS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ (2015 a 2020)

O Conselho Nacional de Justiça foi instituído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, para efetuar o controle externo de todo o Judiciário brasileiro. Com essa Emenda Constitucional foram adotadas outras medidas, o que foi chamado de reforma do judiciário. Dentre as alterações trazidas, destaca-se ainda a criação do conselho congênere no âmbito do Ministério Público; a adoção da Súmula Vinculante; a extinção dos Tribunais de Alçada; a institucionalização dos Conselhos de Justiça Federal e da Justiça do Trabalho; bem como as escolas nacionais da magistratura. O CNJ veio ao encontro dos anseios da sociedade, sedenta por um judiciário mais atualizado, mais eficiente, mais célere no atendimento aos cidadãos em suas necessidades. (CAVALCANTI, 2012)

O CNJ tem como atribuições: o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, conforme determinado no artigo 103-B, parágrafo 4º da CF de 1988; a fiscalização do cumprimento do artigo 37 do mesmo diploma legal, o que pode ocorrer de ofício ou mediante provocação de eventual interessado; conhecer diretamente as reclamações contra membros do Poder Judiciário, sem prejuízo da atuação das Corregedorias locais; bem como a elaboração de relatórios de atividades do poder judiciário. (CAVALCANTI, 2012).

Algumas ações positivas do CNJ são:

A) A vedação ao nepotismo: O nepotismo consiste no favorecimento de parentes ou afins, através de contratação sem concurso público em prejuízo de indivíduos com mais qualificação, sendo a prática do nepotismo extremamente nociva ao serviço público, ferindo os valores da moralidade administrativa; (CAVALCANTI, 2012).

B) A criação do Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, que reúne informações do Poder Judiciário sobre Pessoas Físicas e Jurídicas condenadas por ato de improbidade. Esse cadastro permitiu que qualquer cidadão pudesse ter acesso aos registros de condenações por ato de improbidade administrativa quando a sentença está em fase de execução.

Antes da existência desse cadastro não seria possível tal acesso, pois o resultado era conhecido apenas pelo juízo onde foi prolatada a sentença. A partir dessa criação, o resultado tornou-se de conhecimento de todos garantindo-se, dessa forma, a ampla transparência, uma vez que a informação passou a ser difundida com mais rapidez, consagrando, assim, o princípio da transparência e da informação, pois tal cadastro é eficaz no combate à corrupção, conforme dispõe a Lei nº 8.429, de 1992, conhecida como a Lei da Improbidade Administrativa (LIA).

Esta Lei exhibe as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na Administração Direta, Indireta, Fundacional e dá outras providências. (CAVALCANTI, 2012).

C) As tabelas unificadas e numeração única dos processos, bem como a uniformização das tabelas estabelecidas para todo Poder Judiciário contribuíram de forma a simplificar e a facilitar a movimentação dos processos perante o Judiciário que, dessa forma, unificou os padrões de atuação dos tribunais. (BRASIL, Resolução nº 46/2007).

D) O Código de Ética da Magistratura Nacional: a Resolução nº 60, de 2008, editou tal código com a finalidade de aperfeiçoamento no Serviço Público prestado pelo Poder Judiciário, no qual consta o modelo moral e ético a ser seguido, estabelecendo parâmetros de conduta que devem orientar os membros do Poder Judiciário e, com isso, possibilitar que a sociedade tome conhecimento dos limites que regulam o Serviço Público. Pode ser considerado uma das formas de concretização do princípio da moralidade dentro do Poder Judiciário, devido ao fato de atuar no combate à corrupção e estimular a confiança do cidadão, o que é primordial à cultura da ética no Serviço Público. (BRASIL, Resolução nº 60/2008).

D) O acesso aos dados do Poder Judiciário: primeiramente, através da Resolução nº 79, de 09 de junho de 2009 (com posterior modificação pela Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015), determinou-se que os tribunais têm por obrigação disponibilizar os seus dados, tornando a Justiça mais transparente e mais acessível, pois o princípio da publicidade compreende a transparência e a acessibilidade.

O princípio da transparência é uma consequência do Estado Democrático de Direito, pois tal princípio é imprescindível à finalidade de garantir a eficiência e a moralidade no Serviço Público. Embora a transparência não esteja explícita no rol

dos princípios elencados na Constituição Federal, em seu artigo 37, constitui dever para quem exerce a atividade pública e direito para o cidadão, o que foi evidenciado pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (CAVALCANTI, 2012).

Os objetivos estratégicos do CNJ na implantação dos Planos Estratégicos, com relevância para a ética são: aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e demais instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário; realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário; promover práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo; incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário; estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no CNJ e ampliar a divulgação externa das ações institucionais; promover os direitos de cidadania no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito; aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário; articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão de tecnologia da informação e comunicação. (BRASIL, Resolução TJ/OE/RJ Nº 33/2015).

4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ 2015 a 2020

4.1 ANÁLISE DAS AÇÕES E PROCEDIMENTOS DO TJRJ PARA ALCANÇAR O DETERMINADO NO PLANO ESTRATÉGICO DO CNJ 2015 a 2020

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2015 a 2020, denominada Estratégia Judiciário 2020, (BRASIL, 2015b) foi instituída pela Resolução 198, de 2014, e dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. Esse ato normativo prevê, em seu artigo 3º, que Estratégia Judiciário 2020 seja desdobrada nos planos estratégicos dos órgãos do Judiciário, sem prejuízo de inclusão de especificidades.

Art. 3º A Estratégia Judiciário 2020 poderá ser desdobrada e alinhada em três níveis de abrangência:

I – nacional, nos termos do Anexo, de aplicação obrigatória a todos os segmentos de justiça;

II – por segmento de justiça, de caráter facultativo;

III – por órgão do Judiciário, de caráter obrigatório, desdobrada a partir da estratégia nacional e, quando aplicável, também da estratégia do respectivo segmento, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades. (BRASIL, Resolução nº 198/2014).

A estratégia do CNJ Justiça Estadual para o período 2015 a 2020 foi aprovada na sessão plenária do dia 15 de dezembro de 2015 e instituída por meio da Portaria nº 167, de mesma data. (RIO DE JANEIRO, Portaria nº 167/2015).

São componentes da estratégia do CNJ: a missão, no que tange desenvolver políticas judiciárias a partir da análise e solução dos problemas que afetam o judiciário – no caso o TJRJ –, tendo como fundamento Justiça e paz social; a visão, com a finalidade de reconhecimento pela melhoria na prestação jurisdicional no atendimento a sociedade, com planejamento estratégico, governança e gestão judiciária e valores que implicam em responsabilidade socioambiental, integração, transparência, comprometimento, valorização das pessoas e coerência. (BRASIL, Portaria nº 167/2015).

No planejamento estratégico são determinadas as metas específicas do período, e com o Plano estratégico 2015 a 2020 foram estabelecidas metas diversas. Nos anos de 2015, 2016 e 2017 foram consideradas as seguintes metas: meta nº 1 julgar mais processos que os distribuídos, meta de nº 2 julgar processos mais antigos, meta de nº 4 priorizar o julgamento dos processos relativos à

corrupção e à improbidade administrativa e meta de nº 6 priorizar o julgamento das ações coletivas. (2017a, 2017b, 2017c, 2017d).

Dentre os macro desafios do Poder Judiciário, no que diz respeito ao Planejamento Estratégico, pode-se citar a garantia dos direitos da cidadania que consiste em fortalecer o Estado Democrático de Direito, dando destaque à educação jurídica e política na formação do cidadão como elemento para a concretização de seus direitos em conformidade com o significado da ética no combate à corrupção e à improbidade administrativa. A melhoria na gestão de pessoas consiste em implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, o qual tem por alicerce a visão ética da condição humana. (BRASIL. Portaria nº 167/2015).

Na elaboração dos Planos Estratégicos, os órgãos do PJ, no caso o TJRJ, devem alinhar seus planos de modo a garantir os recursos necessários à execução dos planos e os dados referentes às metas nacionais são periodicamente informados ao CNJ pelo Tribunal, sendo o relatório anual divulgado pelo CNJ (BRASIL. Resolução nº 198/2014).

A estratégia a ser estabelecida no TJRJ alinha-se à estratégia do CNJ, observando a realidade do Tribunal, considerando os recursos e a execução dos projetos que foram assegurados, conforme consta na Gestão Estratégica do TJRJ, a qual consiste em planejamento estratégico, indicadores, projetos, pesquisa do PJERJ e banco de boas práticas. (RIO DE JANEIRO. Resolução TJ/OE/RJ nº 33/2015).

A proposta orçamentária será obrigatoriamente alinhada ao Plano Estratégico, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução, conforme previsto no art. 4º, parágrafo 4º, também da Resolução nº 198 do CNJ. (TJAC, s/d, sem paginação).

Art. 7º A execução da estratégia é de responsabilidade de magistrados de primeiro e segundo graus, conselheiros, ministros e serventuários do Poder Judiciário.

Parágrafo único. Para promover a estratégia, devem ser realizados eventos, pelo menos anualmente.

A execução da estratégia é de responsabilidade dos magistrados e servidores do primeiro e segundo graus do Poder Judiciário, consoante disposto no art. 7º da Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça. (Resolução nº 198/2014).

No ano de 2015 foram apresentados os resultados do TJRJ em relação às seguintes metas: meta de nº 1 – julgar mais processos que os distribuídos; meta de

nº 2 – julgar processos mais antigos; meta de nº 4 – priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa; meta de nº 6 – priorizar o julgamento das ações coletivas. (BRASIL, 2015b).

No ano de 2016 foram apresentados os resultados do TJRJ em relação às seguintes metas: meta de nº 1 – julgar mais processos que os distribuídos; meta de nº 2 – julgar processos mais antigos; meta de nº 4 – priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa; meta de nº 6 – priorizar o julgamento das ações coletivas. (BRASIL, 2015b).

No ano de 2017 serão apresentados os resultados do TJRJ em relação às seguintes metas: meta de nº 1 – julgar mais processos que os distribuídos; meta de nº 2 - julgar processos mais antigos; meta de nº 4 – priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa; meta de nº 6 – priorizar o julgamento das ações coletivas. Cabe salientar que com o plano estratégico 2015-2020 foram estabelecidas metas diversas, em destaque, as acima enumeradas. (BRASIL, 2015b).

Primeiramente, enfatizando que a meta de nº 1 consiste em julgar mais processos do que os distribuídos, conjugada com a meta de nº 2, que versa sobre julgar processos mais antigos, ambas têm por objetivo melhorar o problema da morosidade processual do tribunal, que colide com a ética judiciária, tendo em vista que contraria os princípios e valores da função jurisdicional, que exigem respeito à ética, pelo fato de ser um serviço público e pela razão de preservar os direitos do cidadão, bem como sua dignidade humana. Salientando que o serviço público é mantido com os tributos arrecadados, na ocasião em que o cidadão provoca a jurisdição, assume a qualidade de merecedor da solução do litígio. Logo, o resultado dessa provocação deve ocorrer dentro de um prazo considerado razoável, pois a prestação de tal serviço é obrigação do Estado. (VIEIRA, 2011).

Considerando que a atividade jurisdicional se traduz em serviço público, restou introduzido no artigo 5º da constituição o inciso LXXVIII, pela Emenda Constitucional número 45\04. Este inciso dispôs sobre o princípio da razoável duração do processo. A solução do litígio em tempo razoável é garantia do seu bom funcionamento. (VIEIRA, 2011, p. 281).

Considerando a meta de nº 4, que versa sobre priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa, a escolha dessa meta com relação à ética é devida ao fato de que a meta em referência tem por

objetivo identificar e julgar determinado percentual de ações de improbidade administrativa e de ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, de forma a elucidar o maior número possível de processos que tratam de corrupção ou improbidade.

A conduta dos investidos para cumprir a função jurisdicional junto à população, bem como a conduta do cidadão, deve ser ética. Acrescentando que, com a criação do CNJ, a atividade jurisdicional passou a ser fiscalizada pela sociedade e o judiciário é controlado pelo CNJ no que se refere às atividades administrativas, financeiras e no que tange ao cumprimento dos deveres funcionais, não no que se refere à atividade jurisdicional. (VIEIRA, 2011).

A Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) pune os atos ilegais cometidos por agentes públicos, durante o exercício da função, contra os princípios da administração pública, que são: legalidade, moralidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, publicidade, eficiência e interesse público. (BRASIL. Lei nº 8.429/1992).

Com relação à ética judiciária, Vieira afirma que “trata-se de uma ética imprescindível ao bom exercício da função de dizer o direito, justamente em Estado Democrático de Direito”. (VIEIRA, 2011, p. 282).

Em consideração à meta de nº 6, que dispõe sobre priorizar o julgamento das ações coletivas, o estabelecimento dessa meta demonstra correlação com a ética no sentido de proteção do cidadão na esfera coletiva, pois tais ações visam proteger os direitos difusos da sociedade, onde temos reconhecido o interesse de uma classe, ou de toda a sociedade impactando na vida de um grupo maior de pessoas com temas como a saúde pública o meio-ambiente, moralidade administrativa. (BRASIL, 2017 d).

Apresentamos, a seguir, o resultado apresentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nas metas de nº 1, nº 2, nº 4 e nº 6 estabelecidas para os anos 2015, 2016 e 2017 apresentadas conforme tabelas abaixo enumeradas.

TABELA 1

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE METAS ANUAL – ANO BASE 2015		
SERVENTIAS CONSIDERADAS PARA A	TOTAL DE SERVENTIAS QUE	TOTAL DAS SERVENTIAS QUE

	ESTÃO CUMPRINDO A META	NÃO ESTÃO CUMPRINDO A META
META 1	416 (54,81%)	343 (45,19%)
META 2	188 (24,77%)	571 (75,23%)
META 4	94 (12,38%)	665 (87,62%)
META 6	29 (3,82%)	730 (96,18%)

Fonte: BRASIL, 2017f.

TABELA 2

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE METAS ANUAL - ANO BASE 2016		
SERVENTIAS CONSIDERADAS PARA A	TOTAL DE SERVENTIAS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META	TOTAL DE SERVENTIAS QUE NÃO ESTÃO CUMPRINDO A META
META 1	405 (50,63%)	395 (49,38%)
META 2	158 (20,33%)	619 (79,67%)
META 4	67 (25,09%)	200 (74,91%)
META 6	56 (19,65%)	229 (80,35%)

Fonte: BRASIL, 2017f.

TABELA 3

PLANEJAMENTO ANUAL DE METAS ANUAL - ANO BASE 2017		
SERVENTIAS CONSIDERADAS PARA A	SERVENTIAS CONSIDERADAS QUE ESTÃO CUMPRINDO A META	SERVENTIAS CONSIDERADAS QUE NÃO ESTÃO CUMPRINDO A META
META 1	433 (52,36%)	394 (47,64%)
META 2	196 (23,39%)	642 (76,61%)
META 4	49 (17,07%)	238 (82,93%)
META 6	46 (15,28%)	255 (84,72%)

Fonte: BRASIL, 2017f.

Na prestação jurisdicional pelo TJRJ, com relação aos objetivos estratégicos no incremento das políticas de priorização das atividades de 1º grau, podemos citar

a institucionalização do projeto de multiplicação do Protocolo Violeta (PJERJ, 2015), que visa proteger a mulher no seu direito à vida e cidadania, contando com a proteção rápida e eficaz à mulher em situação de violência doméstica e familiar. Tal projeto recebeu, no ano de 2014, o Prêmio Innovare, que reconhece a posição da Justiça em boas práticas.

Outro exemplo de ampliação de boa prática de cunho social e desenvolvimento sustentável do PJERJ é a ampliação do Processo Eletrônico Judicial, que colabora com o princípio da celeridade. (TJERJ, Resolução nº 16/2009).

5 CONCLUSÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no exercício da função jurisdicional, através da prestação do serviço público à sociedade, tem o dever de reverenciar a ética em todos os seus atos para assim cumprir o determinado na Constituição Federal. Tendo a atividade judiciária como um dos objetivos mais importantes a distribuição de justiça, assim o TJRJ, na sua função jurisdicional de solução de conflitos que diz respeito a direitos e interesses das partes envolvidas no processo, deve ter por base o respeito à cidadania e à dignidade humana com a finalidade de promover o bem comum.

Sendo o processo um instrumento, as decisões proferidas devem pautar o comportamento do jurisdicionado de modo a servir de modelo no atuar desses, bem como no discernimento do que é bom ou mau, deflagrada a importância da ética na função jurisdicional.

É notório que a tutela jurisdicional almejada pelas partes só pode ser conhecida ao final do litígio com a decisão proferida, momento em que o TJRJ dá uma resposta às pretensões almejadas de modo a aceitar ou rejeitar o que lhe foi submetido, mas as partes têm o direito de acompanhar e participar do curso do processo, pois a participação efetiva dos envolvidos contribui de forma positiva para uma análise mais profunda, por parte dos juízes, na formação de sua convicção ao proferir a decisão final.

O respeito a tais procedimentos demonstra a aplicação da ética na função jurisdicional através do respeito dos seus servidores aos princípios constitucionais em todas as fases do processo, esclarecendo, ainda, que o cumprimento das decisões judiciais é de responsabilidade da jurisdição, a fim de que a parte que obteve êxito logre a efetivação da decisão proferida pelo juiz.

No entanto a entrega da prestação jurisdicional é atribuição dos serventuários. Os servidores também têm atribuição de informar, divulgar, além de executar o que foi decidido. É imprescindível que os magistrados, bem como os servidores, atuem sempre norteados por valores como a independência, imparcialidade, integridade, idoneidade, igualdade, transparência, honestidade e a ética, de modo que juízes e serventuários adotem sempre um compromisso com a ética e se afastem das condutas antiéticas, sempre respeitando a dignidade do jurisdicionado, pois quando estes recorrem ao Judiciário, visando a solução das

suas demandas, é, na realidade, a última alternativa de esperança de verem sanado o conflito que os aflige.

Diante do exposto, fica demonstrado o quanto é imprescindível a prestação jurisdicional para a sociedade, sendo primordial que juízes, serventuários e demais colaboradores adotem a imagem da moral inatacável, nos atos da vida pública, bem como nos da vida privada, em razão das funções que realizam junto à sociedade.

Cabe ressaltar a morosidade no andamento dos processos e a demora no atendimento das partes, com o crescente aumento da demanda. Contudo, o número de serventuários e de juízes, bem como de recursos disponíveis, não acompanhou a demanda, ocasionando uma imagem não positiva do tribunal e a insatisfação por parte da sociedade.

De maneira a minimizar estes e outros problemas, assim como em busca de uma imagem positiva da instituição, deu-se a criação do Conselho Nacional de Justiça para fazer um controle externo de todo o PJ brasileiro no que tange à atuação administrativa e financeira, bem como do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

O TJRJ tem buscado realizar o mapeamento da instituição de forma a identificar pontos fortes e fracos e, por fim, em conjunto com o CNJ, são estabelecidas metas, dentre as quais, aquelas no sentido de diminuir o tempo gasto no processo, o que conduziu à redução do congestionamento processual.

É importante ressaltar a necessidade de expansão no conhecimento técnico, com a ampliação de cursos, aumentando a utilização da conciliação e mediação e ainda a verificação da produtividade.

Por derradeiro, fica a sugestão para o aprimoramento da ética no TJRJ, através da criação de um Código de Ética para os servidores públicos deste Tribunal, devido à inexistência de tal norma, bem como a possibilidade de uma aplicação subsidiária do Código de Ética dos Magistrados do TJRJ, no que couber a esses serventuários.

Além disso, a sugestão de oferta de ações educativas para toda a população, de modo que possa ter acesso não só aos direitos, mas também aos deveres com base na ética, através de palestras públicas.

E a existência de legislação pertinente ao tema de modo a esclarecer, repreender e a reprimir os juízes e servidores que não pautarem suas vidas pela ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Sarah Maria Linhares de. Serviço Público: uma questão de ética. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 8, n. 88, p. 36-43, jun/2008.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. Ed. São Paulo: Edipro, 2014.

BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992**. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004**. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007**. Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 60, de 19 de setembro de 2008**. Institui o Código de Ética da Magistratura Nacional.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 79, de 9 de junho de 2009**. Revogada pela Resolução nº 215/2015. Dispõe sobre a transparência na divulgação das atividades do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de

1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 198, de 1º de julho de 2014.** Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Portaria nº 167 de 2015.** Institui o Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020. (2015a).

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Estratégia Judiciário 2020:** Poder Judiciário – 2015/2020. Disponível em <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/03/7694a9118fdabdc1d16782c145bf4785.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2017. (2015b).

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Brasília, 2017a.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Meta 2:** Identificar e julgar, até 31/12/2016, determinado percentual de processos antigos, de diversos períodos de tramitação. Brasília, 2017b.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Meta 4:** Identificar e julgar determinado percentual de ações de improbidade administrativa e de ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública. Brasília, 2017c.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Meta 6:** Identificar e julgar, até 31/12/2016, determinado percentual de ações coletivas e recursos oriundos de ações coletivas distribuídos em diversos períodos de tramitação. Brasília, 2017d.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Metas Nacionais do Poder Judiciário 2017.** Brasília, 2017e.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Plano Estratégico do CNJ 2015 – 2020**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/2015-2020>. Acesso em: 04 nov. 2017f.

CARNEVALE, Marcos. **Crise social e Poder Judiciário**: uma análise sociológica dos quantitativos do CNJ sobre o judiciário brasileiro. Prefácio de Aurelio Wander Bastos. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2015.

CAVALCANTI, Felipe Locke. O Conselho Nacional de Justiça e a efetividade dos Princípios Constitucionais. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 32, n. 117, p. 90-97, out, 2012.

TJERJ – Tribunal de Justiça do Estado âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências do Rio de Janeiro. **Resolução nº 16, de 30 de novembro de 2009**. Autoriza a implantação do Processo Eletrônico.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A ética no Serviço Público. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 220, 183-194, abr/jun, 2000.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. O controle disciplinar da magistratura pelo CNJ e o perfil ético do magistrado. **Revista LTr**, São Paulo, v. 76, n. 3, p. 263-294, mar, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 21. Ed. São Paulo: Malheiros editores, 1996.

OLIVEIRA, Ruy Barbosa de. **Obras Completas**. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/scripts/scripts/rui/mostrafrasesrui.idc?CodFrase=883>. Acesso em 04.11.2017.

PJERJ – Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. **Projeto Violeta: Proteção rápida e eficaz à mulher em situação de violência doméstica e familiar**, 2015.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 2.479 de 08 de março de 1979**. Aprova o Regulamento do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. **Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975**. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN); Departamento de Gestão Estratégica e Projetos (DGDIN/DEGEP). **Resolução TJ/OE/RJ nº 33, 03 de novembro de 2014**. Aprova o Plano Estratégico e o Plano de Ação Governamental - PAG do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

RIO DE JANEIRO. **Lei nº 1.698, de 23 de agosto de 1990**. Institui regime jurídico único para os servidores estaduais, e dá outras providências.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes **Moralidade Administrativa**. Disponível em: http://www.wikilegal.wiki.br/index.php?title=Princ%C3%ADpio_da_moralidade
Acesso em: 31.10.2017.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Conselho Nacional de Justiça e a Independência do Judiciário**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

TJAC: Tribunal de Justiça do Estado do Acre. **Planejamento Estratégico 2015-2020**. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2015-2020/>. Acesso em: 04 nov. 2017.

TJERJ: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **CODJERJ: Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio De Janeiro**, 2005.

VIEIRA, Sérgio Túlio Santos. A relevância da ética judiciária no Estado Contemporâneo. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 54, p. 271-295, abr/jun, 2011.